

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

Edição nº 726

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Avisos.....	2
-------------	---

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios.....	2
Avisos de licitações.....	3
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 726

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO Nº 41/2011

Cientifico que, o Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA –GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
1785-0900/11-0	1508	CONSEPRO de Crissiumal	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1921-0900/11-4	1519	Presídio Estadual de Três Passos	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1890-0900/11-6	1518	Brigada Militar de Três Passos - 7º BPM	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1709-0900/11-6	1504	Brigada Militar de Bom Jesus – 3º Pelotão	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 349/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- FELIPE AUGUSTO LOUREIRO TREIN, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 2503/2011).

REVOGAR

- a contar de 11 de julho de 2011, a Portaria n.º 0804/2001, que colocou à disposição do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, sem ônus para o Ministério Público, a servidora MARILIA LOUZADA MARTINS COSTA GUEDES, Secretária de Diligências, ID n.º 3319237 (Port. 2505/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO N.º 4270-09.00/07-7

CONTRATADA: TANNER SOUTO CARAMÃO & CIA LITDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato AJDG n.º 45/07, que tem por objeto o monitoramento de alarme 24 horas para o prédio sede da Promotoria de Justiça de São Sepé, por 12 (doze) meses, a contar de 17 de julho de 2011; reajuste do preço do Contrato AJDG n.º 45/07, a contar de 17 de julho de 2011, de acordo com a variação do IGP-M/FGV dos últimos 12 (doze) meses, de 9,77%, passando a vigorar a quantia de R\$ 131,70 mensais; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3702; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusulas terceira, item 3.4, e quinta, item 5.1, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 726

SÚMULA

AQUISIÇÃO DE PAPEL A4

PROCESSO N.º 1765-0900/11-6

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/11- REGISTRO DE PREÇOS
CO24.275

CONTRATADA: DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA;
OBJETO: aquisição de papel A4 (210x297MM)

ITEM	QTDE. (UN.)	DESCRIÇÃO/MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	5280	Papel A4 (210x297MM)	R\$ 15,90

VALOR TOTAL: R\$ 83.952,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.30/3009; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09; e Provimentos PGJ/RS 54/02, 40/04, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE ADITAMENTO DE TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR PROCESSO N.º 16881-0900/04-7

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Álvaro Lechner, matrícula n.º 1.4956128; **OBJETO:** substituição de veículo, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral para as quais for designado, para o da marca Ford, modelo Fiesta Flex, ano de fabricação 2011, ano modelo 2012, placas ISA 1751, em conformidade com o Provimento n.º 12/2001; **DATA DE ASSINATURA:** 12 de julho de 2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE ADITAMENTO DE TERMO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR PROCESSO N.º 1975-0900/10-6

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Márcio Vieira Fagundes, matrícula n.º 1.4972409; **OBJETO:** substituição de veículo, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral para as quais for designado, para o da marca VW, modelo Parati 1.6 Trackfield, ano de fabricação 2007, ano modelo 2008, placas

IOJ 2950, em conformidade com o Provimento n.º 12/2001;
DATA DE ASSINATURA: 12 de julho de 2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de licitações

Convite n.º 36/2011 (Processo n.º 001927-09.00/11-0) Tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a obra de manutenção predial e cobertura do estacionamento da Promotoria de Justiça da Comarca de Quaraí, localizada na Rua Dr. Acauan, 258, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 22/07/2011, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Editais:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. Base legal: Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de julho de 2011.

MICHEL CORRÊA MURAD,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

EDITAL N.º 181/2011 EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n.º 0883/2011, de 11/04/2011, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público, de 13/04/2011, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos n.º 36/2011 e n.º 37/2011, aprovadas por meio da Ata n.º 123 da CPAD, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ,
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 038/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

- 1) Inquérito Civil, nº 00909.00010/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, da Promotoria de Justiça de Tapera, com a finalidade de apurar possível irregularidade na nomeação de funcionário público em cargo em comissão, em município.
- 2) Inquérito Civil, nº 00909.00011/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, da Promotoria de Justiça de Tapera, com a finalidade de apurar possível irregularidade em licitação na modalidade pregão, para a aquisição de medicamentos, em município.
- 3) Inquérito Civil, nº 00810.00014/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-me-toque, com a finalidade de apurar eventual irregularidade na prestação de contas relativa à subvenção social de Associação, para realização de Festival, no ano de 2010, tendo em vista apontamento no Relatório de Auditoria Ordinária, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCERGS).
- 4) Inquérito Civil, nº 00828.00003/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin, da Promotoria de Justiça de Piratini, com a finalidade de apurar o preenchimento irregular de vagas, através de desvios de função, contratação de aposentados e estagiários, em detrimento do concurso público, no âmbito de Secretaria Municipal.
- 5) Inquérito Civil, nº 00881.00022/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de apurar a carência de pessoal em delegacia, em município.
- 6) Inquérito Civil, nº 00725.00032/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando de Araújo Bittencourt, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, com a finalidade de apurar possíveis casos de nepotismo, de acordo com a Súmula Vinculante nº 13 do Superior Tribunal Federal (STF), em Município.
- 7) Inquérito Civil, nº 00936.00008/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Carmem Lúcia Garcia, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de apurar a ocorrência de irregularidades no transporte público escolar de município, mormente a suposta inexistência de condições básicas de segurança dos veículos e a falta de capacitação necessária dos condutores.
- 8) Inquérito Civil, nº 00748.00139/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Porto França, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar possível prática de improbidade administrativa pelo fato de professor estadual, possuir dois contratos de trabalho concomitantemente com Estado e município.
- 9) Inquérito Civil, nº 00760.00014/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa em administração de município no ano de 2007.
- 10) Peça de Informação, nº 00772.00020/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Estivallet Júnior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Saturno, com a finalidade de apurar a ausência de prestação de serviço público, consistente no abastecimento de água aos moradores, em município.
- 11) Inquérito Civil, nº 00772.00019/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Estivallet Júnior, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Saturno, com a finalidade de apurar a não aprovação das contas da gestão fiscal de ex-funcionário público de cargo eletivo, em município.
- 12) Inquérito Civil, nº 00936.00006/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Carmem Lúcia Garcia, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de apurar suposta irregularidade em licitação para a compra de combustíveis para município, consistente na contratação de empresa vinculada a funcionário público de cargo eletivo.
- 13) Inquérito Civil, nº 00936.00009/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Carmem Lúcia Garcia, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de apurar a prática de atos de improbidade administrativa, consistentes na utilização de veículos oficiais para fins particulares, pagamento indevido de diárias e superfaturamento nas compras efetuadas por Secretaria Municipal.
- 14) Inquérito Civil, nº 00773.00013/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, com a finalidade de apurar possível irregularidade em concurso público realizado pela administração pública, em município.
- 15) Inquérito Civil, nº 00760.00015/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar possível irregularidade na contratação e no pagamento de serviços prestados por empresa privada, em município.
- 16) Peça de Informação, nº 00791.00010/2011**, instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Raquel Marchiori Dias, da Promotoria de Justiça de Horizontina, com a finalidade de apurar os processos judiciais de cobrança de dívida ativa referente a gestores públicos, em município.
- 17) Inquérito Civil, nº 00881.00023/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de apurar as limitações e restrições impostas por Poder Público, no tocante a combustível e celular por Conselho Tutelar, em município.
- 18) Inquérito Civil, nº 00875.00019/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, com a finalidade de apurar as consequências da desativação do sistema de sobre-aviso por Polícia Civil, em função da falta de servidores, em município.
- 19) Inquérito Civil, nº 028/2011**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Jus-



tiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na realização do Concurso Público municipal no que tange à falta de nomeação de candidatos portadores de necessidades especiais, em município.

20) Inquérito Civil, nº 029/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades concernentes (a) ao provimento do cargo de assessora pedagógica por falta de titulação, (b) às avaliações de promoções de professores e (c) à contratação e execução de obra de campo esportivo, em município.

21) Inquérito Civil, nº 00743.00019/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de Carazinho, com a finalidade de apurar irregularidades, em especial no que se refere a ausência de realização de concursos públicos para a investidura de servidores em seu quadro de pessoal, com base no que dispõe o art. 37, II, da Constituição Federal, em município.

22) Inquérito Civil, nº 00861.00003/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar e verificar a instalação do sistema de pesagem de veículos em trecho de pedágio e concedido em favor à concessionária, em município.

23) Inquérito Civil, nº 00911.00044/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça de Taquara, com a finalidade de apurar possíveis danos ao patrimônio público cultural de municípios.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 06/2011 - CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil nº 009/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana com a finalidade de apurar suposta apreensão no estabelecimento comercial do investigado de produtos de origem animal (51kg de carne moída, 12 kg de salsicha e 09kg de linguiça defumada) sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigado Jair Gerhardt;

2) Inquérito Civil nº 010/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini da Promotoria de Justiça

de Augusto Pestana com a finalidade de apurar eventual apreensão no estabelecimento comercial dos investigados de produtos de origem animal (452kg de carne bovina) sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigados Supermercado Bottura – Bottura & Bottura Ltda, Carlos Rogério Bottura e Cláudia Fensterseifer Bottura;

3) Inquérito Civil nº 011/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana com a finalidade de apurar possível apreensão no estabelecimento comercial dos investigados de produtos de origem animal (52,2kg de carne bovina e 21,5kg de carne suína) sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigados Ivo Jorge Steiernagel, Erno Steiernagel e Périco Steiernagel;

4) Inquérito Civil nº 012/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana com a finalidade de apurar suposta apreensão no estabelecimento comercial dos investigados de produtos de origem animal (20kg de carne bovina e 04kg de carne suína) sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigados Adair Miguel Schmaltz e Jair Roberto Schmaltz;

5) Inquérito Civil nº 013/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana com a finalidade de apurar eventual apreensão no estabelecimento comercial dos investigados de produtos de origem animal (61kg de carne bovina e 116kg de linguiça) sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigado Lauri Francisco Heisler.

PROMOTORIA DE BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 024/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar possíveis irregularidades administrativas e/ou ilegalidades e/ou ofensa a interesses públicos decorrentes do cancelamento ou suspensão do serviço do transporte público municipal, no trajeto do Vale Aurora/Linha Eulália Baixa/ Bairro São Vandelino ou São João/ Colégio Santa Isabel/ Colégio Mestre Santa Bárbara até o centro, bem como eventual omissão fiscalizatória e de providências no âmbito administrativo municipal, tendo como investigados Prefeito Municipal e a Empresa Bento Gonçalves de Transportes Ltda. e outros agentes públicos a definir;

2) Peça de Informação nº 019/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar eventuais irregularidades/ofensas à garantia fundamental, insculpada no artigo 5º, XXXIV, letra b, da Constituição Federal, praticadas no âmbito do Centro de Formação de Condutores – CFC, decorrentes do não-fornecimento de certidão/declaração e/ou negativa de esclarecimentos de situações de interesse dos cidadãos, tendo como investigados Centro de Formação de Condutores – CFC, do Município de Bento Gonçalves e DETRAN-RS;

3) Peça de Informação nº 018/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves com a finalidade de apurar supostas irregularidades/ofensas decorrentes do descumprimento de legislação municipal no desconto especial relativo ao transporte coletivo de estudantes, bem como eventual omissão



Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 726

fiscalizatória, tendo como investigado Município de Bento Gonçalves, Empresa Bento Gonçalves de Transportes Ltda., Transporte Coletivo Santo Antônio Ltda.

PROMOTORIA DE CARLOS BARBOSA

1) Inquérito Civil nº 027/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa com a finalidade de apurar possíveis danos aos consumidores pela comercialização de alimentos impróprios para consumo pelo estabelecimento do Sr. Vanderlei José Moschetta, empresa K e M Distribuidora de Alimentos Ltda.

PROMOTORIA DE CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 062/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla da Promotoria de Justiça de Cruz Alta com a finalidade de apurar eventual formação de cartel e cobrança de preços abusivos pelos postos de combustíveis, tendo como investigados Posto de Combustível 2001; Posto de Combustível Paizão; entre outros.

PROMOTORIA DE ESTEIO

1) Inquérito Civil nº 067/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald da Promotoria de Justiça de Esteio com a finalidade de apurar suposto tempo excessivo de espera para atendimento do público, tendo como investigado Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul.

PROMOTORIA DE GETÚLIO VARGAS

1) Peça de Informação nº 007/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas com a finalidade de apurar possível promoção de prova de motociclismo em Getúlio Vargas no dia 22 de maio de 2011, sem as devidas licenças administrativas e devidos cuidados com a segurança do público consumidor, tendo como investigado Federação Gaúcha de Motociclismo.

PROMOTORIA DE NÃO-ME-TOQUE

1) Inquérito Civil nº 010/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque com a finalidade de apurar eventual infringência aos direitos do consumidor em decorrência do descumprimento do disposto na Lei Federal nº 10.962/2004 e no Decreto Federal nº 5.903/2006, no que diz respeito à afiação de preços de bens e serviços expostos em vitrines e no comércio em geral, tendo como investigados diversos estabelecimentos comerciais do município de Não-Me-Toque.

PROMOTORIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 001/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta existência de situação danosa ao consumidor em decorrência do tempo excessivo de espera em agência bancária, tendo como investigados Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL e Caixa Econômica Federal;

2) Inquérito Civil nº 024/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de lotes sem a realização de melhorias, bem como a destinação de uma área de lazer, no Loteamento Sinhá, tendo como investigados Edison Pizzolotto,

Alecrides Sant'anna de Moraes, Gilberto Elias Goergen e Município de Palmeira das Missões;

3) Inquérito Civil nº 026/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigada Leoni Fátima Tavares e Cia Ltda.;

4) Inquérito Civil nº 027/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigado Décio Tardet Longo;

5) Inquérito Civil nº 028/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigado Vanderlei Carlos Pires Antunes;

6) Inquérito Civil nº 029/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar eventual comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigada Célia de Fátima Pietrobelli;

7) Inquérito Civil nº 030/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar suposta comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigado Valdenor de Moraes Gomes;

8) Inquérito Civil nº 031/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões com a finalidade de apurar possível comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção sanitária, tendo como investigado Gleison Araújo Garafini.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 153/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual deficiência no serviço de transporte público nas linhas R10 (Restinga Nova), T3, linhas Lomba do Pinheiro e TV, tendo como investigada Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC;

2) Peça de Informação nº 154/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta deficiência de informações em relação aos serviços de TV a cabo, tendo como investigada Via Embratel;

3) Inquérito Civil nº 155/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível a legalidade do reajuste do transporte público coletivo de Porto Alegre, tendo como investigados Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC e Município de Porto Alegre;

4) Peça de Informação nº 156/2011, instaurada pelo Promo-



tor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual desconto indevido de empréstimo consignado no valor da aposentadoria, tendo como investigado Banco Cruzeiro do Sul;

5) Inquérito Civil nº 157/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva ao realizar cobrança de fatura em débito em conta sem autorização dos consumidores, tendo como investigada Net Sul Comunicações Ltda.;

6) Inquérito Civil nº 158/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência de serviço de fornecimento de energia elétrica no Bairro Partenon, tendo como investigada CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica;

7) Inquérito Civil nº 161/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial, em tese, abusiva, consistente na cobrança de valores mesmo na hipótese de inexistência do produto para entrega ao consumidor, dificultando a devolução, especialmente quando lançados na fatura do cartão de crédito, tendo como investigado Submarino.com;

8) Inquérito Civil nº 162/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta abusividade da cobrança denominada "ressarcimento de cobrança" na fatura do cartão de crédito Unicard, no 8º, 10º e 20º dias de atraso, tendo como investigado UNIBANCO;

9) Peça de Informação nº 163/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência na prestação do serviço de energia elétrica aos moradores do bairro Glória de Porto Alegre, tendo como investigada Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE;

10) Inquérito Civil nº 164/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva no reajuste das passagens de transporte intermunicipal Porto Alegre – Cachoeirinha - Gravataí, tendo como investigada Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN;

11) Inquérito Civil nº 166/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta abusividade da prática ou cláusula que autoriza automaticamente o pagamento do cartão com saldo existente em conta corrente, tendo como investigado Banco Santander;

12) Inquérito Civil nº 167/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva, consistente no cancelamento da conta de e-mail sem solicitação, tendo como investigada Terra Networks do Brasil S/A.;

13) Inquérito Civil nº 167/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de

Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual dificuldade de rastreamento de origem dos produtos flagrados com agrotóxicos em desacordo com as normas legais, tendo como investigado CEASA – RS;

14) Inquérito Civil nº 168/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar cobrança por emissão de boleto bancário, tendo como investigado Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense;

15) Inquérito Civil nº 169/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual irregularidade na rotulagem do leite em pó integral da marca Batavo, tendo como investigada Perdigão S/A Entrepasto Usina (BRF – Brasil Foods S/A);

16) Inquérito Civil nº 170/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível oferta abusiva de serviços, consistente no envio de contrato de honorários advocatícios com os dados do reclamante sem solicitação, tendo como investigado Mazzola & Dovinzinski Advogados Associados;

17) Inquérito Civil nº 171/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar supostas irregularidades na comercialização e venda de produtos aos consumidores, em razão das condições de higiene, tendo como investigado Restaurante Fofa Ltda. (Restaurante da República);

18) Peça de Informação nº 172/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual impossibilidade de conseguir o endereço da empresa;

19) Inquérito Civil nº 175/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível produção e distribuição de produto em desacordo com a legislação (farinha de milho com quantidade de ferro insuficiente), tendo como investigado Produtos Alimentícios Corsetti S.A. Indústria e Comércio;

20) Inquérito Civil nº 176/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta comercialização de produto com vício de qualidade (chá mate sabor cravo e canela), tendo como investigada Chá Prenda do Brasil Ind. e Com. Ltda.;

21) Inquérito Civil nº 177/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no rótulo do produto extrato de soja Mais Vita, tendo como investigada Yoki Alimentos S.A.;

22) Inquérito Civil nº 178/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência na prestação de serviços de transporte coletivo relativo às linhas do Bairro Lami, tendo como investigadas Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC e Siste-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 726

ma Transportador Sul – STS;

23) Inquérito Civil nº 179/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta distribuição de produto hortigranjeiro com vício de qualidade, tendo como investigada Comércio e Transporte Farley Ltda.;

24) Inquérito Civil nº 180/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual publicidade enganosa, consistente na informação de contemplação em sorteio quando se tratava de oferta de planos de viagem e/ou hospedagem, tendo como investigada ROYAL HOLIDAY;

25) Inquérito Civil nº 181/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar produção e comercialização de produto, em tese, impróprio ao consumo, tendo como investigada Natuervas;

26) Peça de Informação nº 182/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível produção e comercialização do material didático, tendo como investigado Colégio Champagnat;

27) Inquérito Civil nº 183/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta não entrega de aparelho celular no prazo previsto, tendo como investigada Oi/Brasil Telecom;

28) Inquérito Civil nº 186/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Rita Nascimento Schinestsck da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta enganosa pela promessa de estágio, tendo como investigados Portegre Comércio de Livros e Cursos Ltda. – Cedaspy e Portoal Comércio de Livros e Cursos Ltda.;

29) Inquérito Civil nº 066/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência na prestação de serviço pela superlotação da linha 267-2, tendo como investigada a linha de ônibus 267-2 da empresa STS;

30) Inquérito Civil nº 111/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual cobrança irregular de taxa de água na vila Vitória da Conquista (área ocupada em processo de regularização), sendo que no local não foi lançada rede de abastecimento, tendo como investigado o DMAE.

PROMOTORIA DE ROSÁRIO DO SUL

1) Peça de Informação nº 018/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Octavio Cordeiro Noronha da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a aquisição e instalação de laticínio comunitário pelo município, tendo como investigado Município de Rosário do Sul.

PROMOTORIA DE SANTA ROSA

1) Inquérito Civil nº 009/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior da Promotoria de Justiça de Santa Rosa com a finalidade de apurar suposta venda de mercadoria

com validade vencida, em condições impróprias para o consumo humano, tendo como investigada Serlene Teresinha Silva;

2) Inquérito Civil nº 008/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior da Promotoria de Justiça de Santa Rosa com a finalidade de apurar eventual venda de mercadoria com validade vencida, em condições impróprias para o consumo humano, tendo como investigado Leomar Fiedler.

PROMOTORIA DE SANTIAGO

1) Inquérito Civil nº 040/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno da Promotoria de Justiça de Santiago com a finalidade de apurar possíveis danos aos consumidores consistentes na captação de alunos da rede pública de ensino de forma abusiva, concedendo-lhes cursos gratuitos para incluí-los em demais cursos pagos oferecidos, tendo como investigados Escola Byts Informática, Bruno Maurício Gurski Silveira e Emerson Leandro de Souza;

2) Inquérito Civil nº 025/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno da Promotoria de Justiça de Santiago com a finalidade de apurar eventuais vícios de qualidade na prestação dos serviços de acesso à internet no Município de Unistalda, tendo como investigado ignorado.

PROMOTORIA DE SÃO BORJA

1) Inquérito Civil nº 007/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains da Promotoria de Justiça de São Borja com a finalidade de investigar a regularidade da cobrança de taxa dos consumidores, para obtenção de informações sobre sua situação pessoal em cadastros de inadimplentes, como no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), tendo como investigado Associação Comercial, Industrial de Prestação de Serviços e Agropecuária de São Borja;

2) Inquérito Civil nº 008/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains da Promotoria de Justiça de São Borja com a finalidade de apurar possível má qualidade do serviço de internet banda larga da VIVO 3G, bem como a legalidade da cláusula de fidelidade de 1(um) ano, imposta no contrato de adesão ao serviço, tendo como investigado VIVO S/A.

PROMOTORIA DE SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 055/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias da Promotoria de Justiça de São Leopoldo com a finalidade de apurar suposta venda ilegal de medicamentos controlados, tais como: Sibutramina e Anfepramona, tendo como investigado TC Vigor Natural.

PROMOTORIA DE TRÊS PASSOS

1) Inquérito Civil nº 018/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior da Promotoria de Justiça de Três Passos com a finalidade de apurar suposta prática de propaganda enganosa em oferta de cursos, tendo como investigado Faixa Faculdades.

PROMOTORIA DE VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 019/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de apurar suposta realização de curso de Atendente de Farmácia sem o fornecimento de certificado aos alunos, tendo como investigado Cesar Augusto Menna Costa;

2) Inquérito Civil nº 022/2011, instaurado pelo Promotor de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 12 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 726

Justiça Lucio Flavo Miotto da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de apurar possível comercialização de produto em desacordo com a legislação em vigor e impróprio ao consumo humano; empresa sem condições sanitárias para produção de alimentos e sem licença expedida pelos órgãos competentes, tendo como investigado Egydio Melatti;

3) Inquérito Civil nº 027/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de apurar eventual academia irregular: não possui cadastro no CNPJ; pessoa jurídica sem registro no CREF2/RS, tendo como investigado Academia de Musclação Vigor Ltda.;

4) Inquérito Civil nº 026/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de apurar suposta academia irregular: não possui cadastro no CNPJ; pessoa jurídica sem registro no CREF2/RS, tendo como investigado Academia Corpo & Mente;

5) Inquérito Civil nº 025/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de apurar possível academia irregular: não possui cadastro no CNPJ; pessoa jurídica sem registro no CREF2/RS, tendo como investigado Academia Rafa Crestani Gym;

6) Inquérito Civil nº 024/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto da Promotoria de Justiça de Veranópolis com a finalidade de apurar eventual academia irregular: não possui cadastro no CNPJ; pessoa jurídica sem registro no CREF2/RS, tendo como investigado Daiane Zago Academia.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de julho de 2011.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.